

5 Conclusão

A transição portuguesa para a democracia significou não apenas a transição de um regime autoritário para um regime democrático como também a transição drástica de uma política externa voltada para a integração com as colônias africanas para uma política externa pautada na integração europeia e na prioridade do futuro europeu do país. Mais do que uma mudança no regime político, a transição implicou na mudança da própria identidade portuguesa, que, até então calcada no passado imperial do país, passou a ter como referência sua integração ao continente europeu através da adesão à Comunidade Econômica Europeia. Ao mesmo tempo, com o fim de cinquenta anos de ditadura, o isolamento de Portugal no cenário internacional, causado por treze anos de guerras coloniais, também chegava ao fim.

Nesse sentido, a transição democrática portuguesa ilustra, de maneira inequívoca, a interação que pode existir entre as esferas doméstica e internacional. Mais do que isso, o caso português mostra que, dentre os fatores domésticos que podem ditar o termos desta interação, está a mudança no regime político do país.

Dessa forma, o objetivo principal desta dissertação foi o de demonstrar de que maneira a transição no regime político português influenciou a mudança sofrida pela política externa do país, representada pela adoção da chamada opção europeia. Ou seja, procuramos identificar quais os fatores desencadeados pela transição democrática que contribuíram para a adoção de uma opção de política externa que vinha se impondo gradualmente ao Estado português desde a década de sessenta, entrando em choque com a opção colonial defendida pelas elites do antigo regime autoritário.

Para realizar este objetivo, lançamos mão, em primeiro lugar, de um referencial teórico que aponta para a necessidade de se abandonar o paradigma do Estado unitário e racional e, acima de tudo, superar a velha dicotomia entre interno

e externo. Uma vez demonstrada a interação necessária entre as duas esferas, restringimos nosso foco para identificar, dentre os fatores domésticos que podem influenciar o comportamento externo dos Estados, a mudança no regime político. Desse modo, utilizamos o modelo elaborado por Lasagna (1996) que, a fim de explicar a relação entre mudança de regime político e política externa, destaca três propriedades daquele que podem afetar as estratégias e objetivos desta última. Dentre estas propriedades, escolhemos a variável referente à relação entre o Estado e a sociedade como o fio condutor da nossa análise.

De fato, no caso português, esta variável adquire uma relevância fundamental. Isto porque o regime salazarista e, mais especificamente, o corporativismo salazarista, sobre o qual o Estado Novo foi construído, baseava-se em uma concepção particular da relação entre o Estado e a sociedade. Através dela, o Estado ganhava uma importância central na vida social e econômica do país, assumindo a responsabilidade “moral” de promover a unidade nacional. Na prática do regime, contudo, o corporativismo funcionava como um instrumento de controle e disciplina social, cuja função primordial era a de evitar o surgimento de novos grupos de interesses e, notadamente, impedir a organização do operariado e da classe trabalhadora de uma forma geral.

No plano externo, o corporativismo significou a adoção de uma política externa voltada para o paradigma colonial e o conseqüente isolamento de Portugal com relação à política européia e ao mundo como um todo. Por outro lado, o isolamento internacional no qual Portugal mergulhou sob o Estado Novo era fruto do nacionalismo do regime salazarista, que implicava na rejeição de influências externas, da dependência externa histórica de Portugal bem como na defesa da independência e “auto-suficiência” do país.

Entretanto, a intransigência do regime na manutenção das colônias africanas e os custos trazidos pelas guerras coloniais obrigaram o regime a promover a abertura da economia portuguesa. Esta abertura, por seu turno, deu origem a uma nova burguesia industrial que desequilibrou a correlação de forças característica do Estado salazarista, gerando uma profunda tensão no interior deste. Do mesmo modo, com a modernização e a urbanização do país, surgia um novo proletariado

urbano que contestava os controles corporativos característicos do regime. Assim, o corporativismo perdia sua eficácia e a imobilidade e estagnação inerentes ao regime entravam em contradição com uma sociedade em constante mudança.

No plano externo, uma nova realidade econômica também começava a se impor, qual seja: a formação de blocos econômicos e o início de processos de integração européia. Em função de sua vulnerabilidade econômica e a conseqüente dependência do comércio internacional, o país se vê forçado a participar, ainda que de maneira reticente, desta nova realidade, aderindo à Associação Européia de Comércio Livre (AECL). A participação de Portugal neste organismo só foi possível porque, ao contrário de Comunidade Econômica Européia, a AECL não exigia que seus membros fossem Estados democráticos nem fazia qualquer restrição à reserva dos mercados coloniais. Entretanto, apesar da participação de Portugal na AECL, a CEE transformou-se, ainda na década de sessenta, no principal parceiro comercial de Portugal.

No entanto, a par desta nova realidade internacional, também marcada pela independência de antigas colônias européias na Ásia e na África e, mais tarde, pela reprovação internacional às guerras coloniais, o regime mantinha-se fiel ao paradigma colonial. Na verdade, este era associado à própria sobrevivência do regime, comprometendo os objetivos e as estratégias de política externa deste. Assim, mesmo depois da sucessão de Salazar por Marcello Caetano, a manutenção das colônias foi mantida como uma exigência do regime político, sobretudo de sua elite civil e militar.

Sendo assim, enquanto no plano interno o regime era marcado pela crescente contradição entre o corporativismo salazarista e a emergência de novos grupos de interesses e as mudanças operadas na sociedade portuguesa como um todo, no plano externo a estratégia colonial entrava em crescente contradição com o novo cenário internacional e a estratégia de integração européia. Os crescentes esforços de guerra vieram agravar estas contradições, aumentando os custos de manutenção do regime e, deste modo, sua vulnerabilidade externa. Pode-se dizer, portanto, que o governo de Marcello Caetano vê-se preso a um ciclo vicioso que, necessariamente, levaria o regime ao seu fim.

Dessa forma, foi somente com o fim do regime salazarista e com a renovação das elites que a opção europeia, entendida como a adesão à CEE, pode finalmente ser adotada. No entanto, vale ressaltar que essa reorientação drástica da política externa do país não foi um resultado imediato do fim do regime autoritário, o que se explica em função da própria natureza da transição portuguesa, iniciada através da ruptura revolucionária e caracterizada pela crise do Estado português. Desse modo, ao recorreremos à tipologia de transições elaborada por Munk e Leff (1997), pudemos demonstrar que a transição portuguesa apresentou as desvantagens características das transições por ruptura, entre elas a fragmentação da oposição. No caso português, esta fragmentação atinge até mesmo o Movimento das Forças Armadas, autor do golpe e principal responsável pela condução do processo de transição.

Dessa forma, uma vez derrubado o regime salazarista, surgem rivalidades entre os principais grupos ou atores da transição política que antes faziam parte da oposição democrática ao regime salazarista. Entre estes atores estão os partidos políticos, notadamente, o Partido Comunista e o Partido Socialista, que surgem como as principais instituições políticas da transição. De fato, consagrados imediatamente após o golpe através de sua participação no primeiro governo provisório, os partidos políticos transformam-se nos principais instrumentos de representação da heterogeneidade de interesses que emerge da ruptura com o regime salazarista. Acima de tudo, os partidos políticos passam a ser os principais condutores da evolução política da transição.

Nesse sentido, a arena política pós-transição, marcada pela incerteza e pela crise de Estado, transforma-se em uma plataforma de luta entre estes grupos resultantes da fragmentação da oposição ao regime. Portanto, é estabelecido um verdadeiro “equilíbrio de poder” no qual são formadas coalizões ao redor do general Spínola, do Partido Comunista e do Partido Socialista. As divergências entre estas diferentes coalizões diziam respeito não apenas ao novo regime político a ser instaurado no país como também à política externa portuguesa.

Assim, o primeiro momento da transição é marcado pela disputa acerca da política de descolonização a ser adotada pelo país, travada principalmente entre o

general Spínola e o MFA. O segundo momento da transição é marcado pela saída do general Spínola do cenário político e pela radicalização do processo de transição. Com a retirada de Spínola da cena política, a luta pela hegemonia política no processo de transição passa a ser protagonizada pelo Partido Comunista e pelo Partido Socialista, defensores de estratégias políticas completamente distintas. Assim, a reconstrução do Estado e o futuro de Portugal passam a depender do resultado desta disputa. Para além da conjuntura doméstica, o próprio contexto internacional, marcado pela guerra fria, contribuía para a discrepância entre os significados da vitória do Partido Comunista e do Partido Socialista para o futuro de Portugal. Uma eventual vitória do Partido Comunista significaria o isolamento do país dentro da Europa ocidental, a linha de frente da guerra fria. Por outro lado, a vitória do Partido Socialista implicava no caminho inverso, tendo em vista que este era o principal defensor da estratégia europeia da política externa portuguesa, simbolizada pela adesão à CEE.

A radicalização do processo revolucionário, provocada, em grande parte, pela atividade de grupos de extrema esquerda, alguns associados ao Partido Comunista, veio acirrar a disputa entre os dois partidos. Da mesma forma, neste momento da transição, o embate entre a via revolucionária e a via da legalidade democrática se intensifica. Este só veio ser finalmente resolvido após uma tentativa frustrada de golpe de Estado por grupos de extrema esquerda, em 25 de novembro de 1975. A partir de então, o equilíbrio de poder passa a se consolidar em favor da coalizão formada em torno do Partido Socialista pelos chamados partidos moderados. Por outro lado, o 25 de novembro marca o início da reconstrução do Estado e da retomada de seu poder e autoridade.

Com a vitória do Partido Socialista, pode-se dizer que tem início a consolidação de um regime democrático dentro dos moldes das democracias ocidentais. Uma vez excluída a via revolucionária, é estabelecido um consenso entre os diversos atores políticos do país em torno das regras do jogo, ou seja, da definição dos meios de acesso ao poder bem como dos instrumentos legítimos para a resolução dos conflitos entre estes. Pode-se dizer, portanto, que a partir de então começa a imperar a ‘normalidade política’ e a via revolucionária é excluída.

Assim, as eleições para a Assembléia Nacional, realizadas em abril de 1976 vêm confirmar a solução imposta pelo 25 de novembro ao equilíbrio entre o Partido Comunista e o Partido Socialista, que obtém a maioria dos votos usando o slogan “A Europa conosco”. A partir da vitória nestas eleições, o Partido Socialista torna-se o partido hegemônico dentro do novo sistema político em construção.

A adesão de Portugal à CEE é decidida durante o primeiro Governo Constitucional. Com a exceção do Partido Comunista e da extrema esquerda, os demais partidos políticos apoiaram o pedido de adesão. Este é apresentado em março de 1977, sendo precedido pela viagem do então primeiro ministro, Mário Soares, às capitais dos Estados membros à época. O papel de Mário Soares na adoção da opção europeia foi crucial. Para o primeiro ministro, a adesão à CEE constituía um contrapeso político e econômico à perda das colônias. Nesse sentido, além de uma imposição econômica, a opção europeia representava, como colocado anteriormente, um novo posicionamento de Portugal no mundo. Ao mesmo tempo, o pedido de adesão também veio assegurar a consolidação democrática do país.

Assim, com o primeiro governo constitucional, a Europa passa a ser a prioridade da política externa portuguesa. Pode-se dizer, portanto, que a vitória do Partido Socialista e sua emergência como força política hegemônica a partir do 25 de novembro significou não apenas a vitória de um tipo de regime sobre outro, como também a vitória da opção europeia da política externa de Portugal. De fato, o Partido Socialista e, ao lado dele, Mário Soares, representava a opção europeia e foi o principal elo entre as forças democráticas civis de Portugal e o resto da Europa ocidental, incluindo os governos e partidos políticos de países, como, por exemplo, a Alemanha ocidental.

Dessa forma, a transição portuguesa para a democracia, conforme colocado na própria introdução desta dissertação, constitui um paradigma da relação que pode existir entre a mudança de regime político e o conteúdo da política externa de um Estado. Paralelamente à consolidação de um regime político democrático em Portugal, os objetivos e estratégias de política externa do país eram definidos em torno da opção europeia.

Da mesma forma, a transição portuguesa ilustra a influência dos grupos de interesse e dos grupos sociais sobre a definição do conteúdo da política externa. A mudança radical na relação entre o Estado e a sociedade através da ruptura revolucionária com o regime salazarista deu início à disputa entre diversos grupos de interesses que representavam destinos distintos para o país. Vale destacar, portanto, que para além das condicionantes internacionais, ditadas pelo contexto da guerra fria, o resultado da disputa entre estes grupos era determinado também em função de estratégias políticas distintas.

Assim, a chamada abordagem social torna-se útil na análise do papel dos grupos de interesses durante a transição política para a adoção da opção europeia da política externa portuguesa. Restringindo mais ainda nosso foco de análise, adotamos a abordagem dos blocos sociais, segundo a qual cada grupo de interesses tem preferências distintas para a política externa do país e, portanto, compete pela influência sobre sua formulação. No caso português, este modelo é ilustrado principalmente através da rivalidade entre o Partido Comunista e o Partido Socialista que, desde o início da transição, transformam-se nas principais forças políticas do país. A resolução do equilíbrio de poder entre estas forças implicou na resolução da crise que o Estado vinha sofrendo desde o início da transição e, com ela, na adoção definitiva de uma estratégia específica de política externa.